

# *Bolívia: Revolução e democracia*

A comuna de La Paz de 1971

**Everaldo de Oliveira Andrade**



 Palamedas

RESENHA

# Uma Comuna na América Latina

Camila Djurovic

Estudante de História na USP

Apesar de ser um dos movimentos revolucionários mais originais da história latino-americana, a Comuna de La Paz é ainda muito pouco conhecida e estudada no Brasil. O historiador Everaldo de Oliveira Andrade preenche parte dessa lacuna com *Bolívia: Democracia e Revolução - a Comuna de La Paz de 1971* (São Paulo: Alameda, 2011, 340 páginas). No livro, fruto da Tese de Doutorado defendida na USP-FFLCH (História) em 2002, o autor apresenta as origens, conquistas e contradições da Assembleia Popular de 1971, que se afirmou como um novo órgão de poder popular em oposição ao governo militar. Durante alguns meses desse ano, operários, camponeses e estudantes debateram nesse “território livre” novos rumos para a sociedade boliviana. Andrade reconstrói esse período a partir de uma pesquisa abrangente que, além de vasta bibliografia, inclui entrevistas com os participantes da Assembleia, documentos, fotografias, filmes e jornais da época.

A originalidade da Comuna de La Paz é apresentada como resultado da formação específica do proletariado boliviano, influenciado tanto pelas práticas indígenas de autogoverno e democracia direta quanto pelas experiências socialistas internacionais - em especial a Comuna de Paris de 1871 e os soviets russos de 1905 e 1917. Outra característica própria do movimento operário boliviano é o grande poder de mobilização adquirido pelos mineradores. Num país de economia historicamente dependente da exploração dos recursos minerais, a organização sindical desse setor se afirmou como um dos grandes protagonistas da história política do país na segunda metade do século XX.

O movimento operário realizou importantes conquistas a partir da chamada Revolução de 1952, através da qual chegou ao poder aliado à pequena burguesia urbana. A coadministração criada entre a classe média e os trabalhadores teve, num primeiro momento, características progressistas. Realizou a reforma agrária, a nacionalização da grande mineração e instituiu o controle operário das minas. No entanto, essas medidas tiveram o efeito colateral de aumentar o controle estatal sobre os trabalhadores reunidos numa burocracia sindical, contendo as tendências socialistas e radicais. Assim, o governo formado pela Revolução de 1952 tornou-se, segundo Andrade, “uma grande cúpula baseada na aliança de classes e no controle dos organismos de massa” (ANDRADE, 2011, p.24).

O movimento camponês, por outro lado, aderiu a um pacto com as forças armadas, dando-lhe uma sustentação de massas que legitimaria o golpe militar de 1964. Sob a ditadura do general René Barrientos, as organizações populares foram violentamente reprimidas e desarticuladas. O governo militar sustentou uma política econômica de abertura aos capitais internacionais e abriu espaço para a intervenção política norte-americana, que passou a ser cada vez mais direta e intensa. Em 1969, Che Guevara foi capturado e executado no país.

A partir dos anos 1970, sob o governo do ambíguo general nacionalista Juan José Torres, houve uma abertura dentro do sistema autoritário que permitiu a reorganização do movimento operário e popular em escala nacional. A expressão máxima dessa mobilização foi a experiência de democracia direta criada pela Assembleia Popular em 1971, definida como um órgão de poder operário e como “o primeiro soviete da América Latina”.

A Assembleia teve como desafio superar o “trauma” da tradição de pactos do movimento operário com a burguesia nacionalista. Propunha-se a ser uma instituição superior e autônoma em relação às organizações sindicais, políticas e populares. Segundo Andrade, “a proposta era tributária direta da tradição de democracia operária e do movimento dos conselhos, presentes difusamente na memória e tradição de alguns partidos de esquerda” (2011, p.91).

Tendências socialistas e nacionalistas debatiam e disputavam diferentes estratégias de ação. O setor operário, de tradição trotskista, majoritário na Assembleia, recusava tanto uma via democrática ao socialismo, defendida por representantes nacionalistas da classe média que apoiavam uma aliança com o governo Torres, quanto

a via armada das guerrilhas guevarista e maoísta, proposta pelo movimento estudantil. Transformada numa frente antiimperialista e revolucionária dirigida pela classe operária, a Assembleia, que teve como sede o próprio Palácio Legislativo de La paz, almejava constituir-se como um novo poder em contraposição ao frágil governo militar que tentava inutilmente se equilibrar numa política contraditória. Por um lado, Torres buscava uma aliança com a Assembleia, por outro tentava agradar aos setores mais conservadores das forças armadas.

Iniciada em junho de 1971, a seção nacional da Assembleia Popular reuniu delegados eleitos pelas diferentes organizações e partidos para debater e legislar sobre temas considerados de primeira importância. Embora não tenham chegado a se concretizar, as decisões acerca da criação de uma Universidade Única, de um Tribunal Popular e da retomada do controle operário da mineração representaram um importante avanço na direção de uma “nova legitimidade e legalidade política” (2011, p.11). Após a seção nacional, os trabalhos continuaram a ser desenvolvidos regionalmente até serem interrompidos violentamente pelo golpe do general Hugo Banzer, apoiado pelos Estados Unidos, em agosto do mesmo ano. Torres recusou-se a armar milhares de jovens e trabalhadores que tentaram resistir, sem sucesso, à ofensiva em La Paz.

O trágico fim da breve Comuna de La Paz é uma questão importante a ser discutida, tanto quanto suas conquistas. Diante da crescente polarização das forças políticas no país e da intervenção estrangeira dos EUA, seria o golpe de Banzer uma tragédia anunciada? Sem a esperada adesão das camadas baixas das forças armadas e sem a aliança ao governo Torres existiriam possibilidades políticas e militares de se derrotar a contrarrevolução? Para Andrade, “o fim da Comuna de 1971 representou em grande medida uma inflexão política geral na região que se refletirá logo depois no Chile, Peru e Argentina” (2011, p.281). A própria ditadura brasileira foi radicalizada a partir do final dos anos 1960 e participou ativamente do golpe de agosto na Bolívia: “Os serviços de inteligência da Bolívia detectaram que cinco aviões da ditadura do Brasil haviam desembarcado 10 mil fuzis e metralhadoras. No dia 15 de agosto, as tropas brasileiras foram mobilizadas na fronteira” (2011, p.262). Nesse sentido, o livro também é revelador para nós, brasileiros, que pouco costumamos associar nossa história à dos nossos “hermanos” latino-americanos.

Conhecer a Comuna de La Paz é ter contato com a história da América Latina e das lutas socialistas do século XX. Apesar de sua curta duração, a Assembleia Popular de 1971 deixou suas marcas ao tentar praticar a democracia no seu sentido mais completo, ou seja, não só a democracia formal, mas a política, social e econômica. Essa experiência de ampliação da participação das massas na vida pública é também uma boa fonte de reflexão e inspiração para o atual momento de crise e questionamento do sistema capitalista que vivemos, com as manifestações da Primavera Árabe, dos “indignados” da Europa mediterrânea, dos estudantes chilenos e dos americanos em Wall Street.